



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 250,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano		
	As três séries	Kz: 734 159.40	
	A 1.ª série	Kz: 433 524.00	
	A 2.ª série	Kz: 226 980.00	
	A 3.ª série	Kz: 180 133.20	

### SUMÁRIO

#### Ministério do Interior

**Decreto Executivo n.º 169/19:**

Aprova o Regulamento Orgânico da Direcção de Controlo Penal do Serviço Penitenciário.

**Decreto Executivo n.º 170/19:**

Aprova o Regulamento Orgânico da Direcção de Assistência e Reabilitação Penitenciária do Serviço Penitenciário.

**Decreto Executivo n.º 171/19:**

Aprova o Regulamento Orgânico da Direcção de Segurança Penitenciária do Serviço Penitenciário.

**Decreto Executivo n.º 172/19:**

Aprova o Regulamento Orgânico dos Gabinetes dos Directores Gerais-Adjuntos do Serviço Penitenciário.

**Decreto Executivo n.º 173/19:**

Aprova o Regulamento Orgânico da Direcção de Produção e Actividades Económicas do Serviço Penitenciário.

**Decreto Executivo n.º 174/19:**

Aprova o Regulamento Orgânico do Gabinete Jurídico do Serviço Penitenciário.

#### Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos

**Rectificação n.º 22/19:**Rectifica o Decreto Executivo n.º 27/18 e o Decreto Executivo n.º 30/18, publicados no *Diário da República* n.º 40, I Série, de 23 de Março.

### MINISTÉRIO DO INTERIOR

**Decreto Executivo n.º 169/19**  
de 10 de Julho

O Regulamento Orgânico da Direcção Geral do Serviço Penitenciário, aprovada pelo Decreto Presidencial n.º 184/17, de 11 de Agosto, regula os órgãos que integram, prevendo a necessidade de existirem Regulamentos dos Serviços de Apoio Técnico e Serviços Executivos Centrais aprovados pelo Ministro do Interior.

Convindo ajustar o Regulamento da Direcção de Controlo Penal do Serviço Penitenciário ao conteúdo do Regulamento Orgânico da Direcção Geral do Serviço Penitenciário;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 40.º do Regulamento Orgânico da Direcção Geral do Serviço Penitenciário, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 184/17, de 11 de Agosto, determino:

**ARTIGO 1.º**

(Aprovação)

É aprovado o Regulamento Orgânico da Direcção de Controlo Penal do Serviço Penitenciário, anexo ao presente Decreto Executivo, que dele é parte integrante.

**ARTIGO 2.º**

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro do Interior.

**ARTIGO 3.º**

(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, a 1 de Julho de 2019.

O Ministro, *Ângelo de Barros Veiga Tavares*.**REGULAMENTO ORGÂNICO  
DA DIRECÇÃO DE CONTROLO  
PENAL DO SERVIÇO PENITENCIÁRIO****CAPÍTULO I**  
**Disposições Gerais****ARTIGO 1.º**

(Objecto)

O presente Diploma estabelece o modo de organização e funcionamento da Direcção de Controlo Penal.

**Decreto Executivo n.º 172/19**  
de 10 de Julho

O Regulamento Orgânico da Direcção Geral do Serviço Penitenciário, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 184/17, de 11 de Agosto, regula os órgãos que o integram, prevendo a necessidade de existirem Regulamentos dos Serviços de Apoio Técnico e Serviços Executivos Centrais, aprovados pelo Ministro do Interior.

Convindo ajustar o Regulamento dos Gabinetes dos Directores Gerais-Adjuntos do Serviço Penitenciário ao conteúdo do Regulamento Orgânico da Direcção Geral do Serviço Penitenciário;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 40.º do Regulamento Orgânico da Direcção Geral do Serviço Penitenciário, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 184/17, de 11 de Agosto, determino:

**ARTIGO 1.º**  
(Aprovação)

É aprovado o Regulamento Orgânico dos Gabinetes dos Directores Gerais-Adjuntos do Serviço Penitenciário, anexo ao presente Decreto Executivo, que dele é parte integrante.

**ARTIGO 2.º**  
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro do Interior.

**ARTIGO 3.º**  
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, a 1 de Julho de 2019.

O Ministro, *Ângelo de Barros Veiga Tavares*.

**REGULAMENTO ORGÂNICO DOS GABINETES  
DOS DIRECTORES GERAIS-ADJUNTOS  
DO SERVIÇO PENITENCIÁRIO**

**CAPÍTULO I**  
**Disposições Gerais**

**ARTIGO 1.º**  
(Objecto)

O presente Diploma estabelece o modo de organização e funcionamento dos Gabinetes dos Directores Gerais-Adjuntos do Serviço Penitenciário.

**ARTIGO 2.º**  
(Definição)

Os Gabinetes dos Directores Gerais-Adjuntos são órgãos que têm por finalidade prestar apoio pessoal, técnico e administrativo aos Directores Gerais-Adjuntos do Serviço Penitenciário.

**ARTIGO 3.º**  
(Atribuições)

Os Gabinetes dos Directores Gerais-Adjuntos do Serviço Penitenciário têm as seguintes atribuições:

- a) Supervisionar a utilização e a manutenção do equipamento afecto aos Gabinetes e providenciar para que o mesmo se mantenha em devida ordem;
- b) Prestar assessoria em outras tarefas de natureza técnica e de confiança que lhe forem determinadas;
- c) Exercer todo o apoio administrativo e de controlo das decisões dos Gabinetes exigindo a sua execução;
- d) Desempenhar outras tarefas que lhe forem alocadas por lei ou determinadas superiormente.

**CAPÍTULO II**  
**Organização em Geral**

**ARTIGO 4.º**  
(Estrutura orgânica)

Os Gabinetes dos Directores Gerais-Adjuntos do Serviço Penitenciário têm a seguinte estrutura:

1. Órgão de Direcção:  
Chefes de Gabinetes.
2. Serviço de Apoio Instrumental:  
Secretariado.
3. Serviços Executivos:  
Secção de Expediente e Arquivo;  
Secção de Apoio Técnico.

**CAPÍTULO III**  
**Organização em Especial**

**SECÇÃO I**  
**Órgão de Direcção**

**ARTIGO 5.º**  
(Chefes de Gabinete)

Os Gabinetes dos Directores Gerais-Adjuntos do Serviço Penitenciário são dirigidos por Chefes de Departamentos a quem compete:

- a) Organizar, dirigir e controlar toda a actividade do Gabinete;
- b) Representar o Gabinete do Director Geral-Adjunto;
- c) Orientar o acompanhamento dos actos administrativos e normativos do Director Geral-Adjunto Operativo do Serviço Penitenciário;
- d) Garantir a execução e avaliação das orientações baixadas escritas e verbalmente pelo Director Geral-Adjunto do Serviço Penitenciário;
- e) Acompanhar as actividades desenvolvidas pelo Director Geral-Adjunto;
- f) Examinar e preparar os expedientes encaminhados ao Director Geral-Adjunto Administrativo;
- g) Apoiar o Director Geral-Adjunto na realização genérica das suas atribuições;

- h)* Assegurar a conservação e arquivo da documentação;
- i)* Propor ao Director Geral-Adjunto a nomeação, a exoneração, a promoção, a despromoção, bem como a mobilidade do pessoal afecto ao Gabinete;
- j)* Zelar pelo controlo dos bens patrimoniais do Gabinete;
- k)* Coordenar o cerimonial e eventos, quando estas actividades forem orientadas pelo Director Geral-Adjunto do Serviço Penitenciário;
- l)* Zelar pelo respeito, disciplina e exercer o poder disciplinar que lhe está conferido nos termos legais, em relação ao pessoal sobre seu controlo;
- m)* Dirigir a actividade técnica, administrativa e pessoal em conformidade com a orientação do Director Geral-Adjunto;
- n)* Emitir parecer, elaborar informações e proceder a estudo sobre quaisquer assuntos que lhe sejam submetidos;
- o)* Desempenhar as demais tarefas que lhe forem cometidas por lei ou determinada superiormente.

**SECÇÃO II**  
**Serviço Instrumental**

**ARTIGO 6.º**  
**(Secretariado)**

1. O Secretariado tem as seguintes atribuições:
  - a)* Controlar a agenda das actividades do Director Geral-Adjunto;
  - b)* Receber, seleccionar, ordenar, e encaminhar os documentos;
  - c)* Controlar a agenda diária do Director Geral-Adjunto do Serviço Penitenciário;
  - d)* Organizar e manter funcional a sala de trabalho do Director Geral-Adjunto;
  - e)* Preparar com antecedência a agenda das reuniões do Director Geral-Adjunto;
  - f)* Protocolar e expedir documentos ultra classificados;
  - g)* Emitir parecer, elaborar informações e proceder a estudo sobre quaisquer assuntos que lhe sejam submetidos;
  - h)* Desempenhar as demais tarefas que lhe forem cometidas por lei ou determinada superiormente.
2. O Secretariado é chefiado por um Chefe de Secção.
3. O Secretariado é objecto de regulamentação própria.

**SECÇÃO III**  
**Serviços Executivos**

**ARTIGO 7.º**  
**(Secção de Expediente e Arquivo)**

1. A Secção de Expediente e Arquivo tem as seguintes atribuições:
  - a)* Proceder à recepção e registo da correspondência encaminhada ao Gabinete;
  - b)* Assegurar e proceder a entrada e a saída das correspondências e assegurar a sua distribuição aos distintos órgãos do Serviço Penitenciário;

- c)* Cumprir as normas sobre a conservação e o controlo do acesso aos documentos existentes no Gabinete do Director Geral-Adjunto;
- d)* Cumprir com rigor profissional o processo de registo de toda correspondência de saída com o despacho do Director Geral-Adjunto;
- e)* Velar pela conservação de todo o material de registo e de correspondência posto a disposição da Secção;
- f)* Assegurar a organização, controlo e conservação do Arquivo do Gabinete;
- g)* Proceder a transcrição, à edição e à digitalização de todos os documentos elaborados no Gabinete do Director Geral-Adjunto;
- h)* Emitir pareceres elaborar informações e proceder a estudo sobre quaisquer assuntos que lhe sejam submetidos;
- i)* Desempenhar as demais atribuições que lhe forem cometidas por lei ou determinadas superiormente.

2. A Secção de Expediente e Arquivo é chefiada por um chefe.

3. A Secção de Expediente e Arquivo é objecto de regulamentação própria.

**ARTIGO 8.º**  
**(Secção de Apoio Técnico)**

1. A Secção de Apoio Técnico tem as seguintes atribuições:
  - a)* Proceder à manutenção e o controlo do património do Gabinete;
  - b)* Assegurar a gestão dos recursos humanos do Gabinete;
  - c)* Zelar pela existência e manutenção dos meios técnicos e burocráticos de uso corrente do Gabinete;
  - d)* Apresentar propostas concretas inerentes ao apetrecho em meias matérias e controlar o estado técnico dos bens existentes, devendo para o efeito elaborar periodicamente mapas de controlo da condição dos meios;
  - e)* Velar pela manutenção do veículo afecto ao Gabinete;
  - f)* Zelar pela regularidade do apoio logístico do Director Geral-Adjunto e efectivo do Gabinete;
  - g)* Assegurar a execução e o monitoramento das orientações baixadas pelo Director Geral-Adjunto;
  - h)* Emitir pareceres elaborar informações e proceder a estudo sobre quaisquer assuntos que lhe sejam submetidos;
  - i)* Desempenhar as demais atribuições que lhe forem cometidas por lei ou determinadas superiormente.
2. A Secção de Apoio Técnico é chefiada por um chefe.

3. A Secção de Apoio Técnico é objecto de regulamentação própria.

#### CAPÍTULO IV Disposições Finais

##### ARTIGO 9.º (Disciplina)

1. O efectivo do regime especial de carreiras em comissão de serviço no Gabinete do Director Geral-Adjunto está sujeito à legislação aplicável.

2. O pessoal do regime geral de carreira está sujeito à disciplina e a legislação em vigor na função pública.

##### ARTIGO 10.º (Quadro do pessoal)

1. O quadro do pessoal e organigrama do Gabinete do Director Geral-Adjunto são os constantes dos Anexos I e II ao presente Regulamento, dele fazendo parte integrante.

2. O provimento do pessoal nas vagas existentes obedece aos critérios previstos em legislação específica.

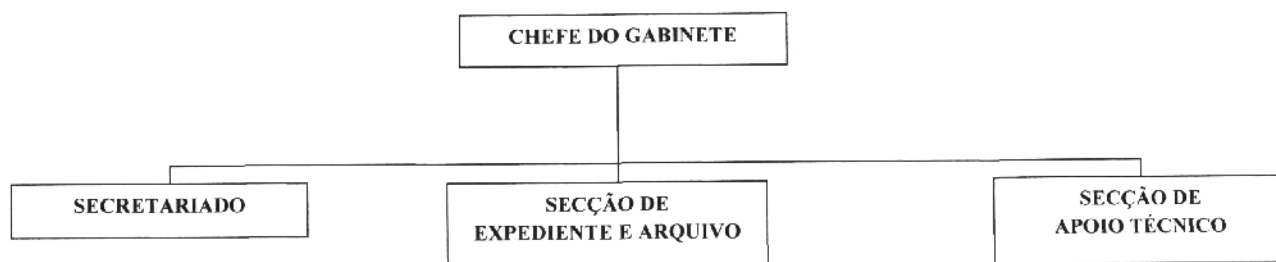
#### ANEXO I

##### Quadro de pessoal a que se refere o n.º 1 do artigo 10.º

Grupo de Pessoal	Carreira	Cargo/Posto	Lugares
Chefia		Chefe de Gabinete	1
		Chefe de Secção	3
	Subtotal		4
Posto de Carreira			
Grupo de Pessoal		Cargos ou Postos	Lugares
Oficial Superior		Superintendente Prisional Chefe	1
		Intendente Prisional	3
Oficial Subalterno		Inspector Prisional	3
		Subinspector Prisional	3
Subchefe		1.º Subchefe Prisional	3
Total			13

#### ANEXO II

##### Organigrama a que se refere o n.º 1 do artigo 10.º



O Ministro, *Ângelo de Barros Veiga Tavares*.

##### Decreto Executivo n.º 173/19 de 10 de Julho

O Regulamento Orgânico da Direcção Geral do Serviço Penitenciário, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 184/17, de 11 de Agosto, regula os órgãos que o integram, prevendo a necessidade de existirem Regulamentos dos Serviços de Apoio Técnico e Serviços Executivos Centrais, aprovados pelo Ministro do Interior.

Convindo ajustar o Regulamento da Direcção de Produção e Actividades Económicas do Serviço Penitenciário ao conteúdo do Regulamento Orgânico da Direcção Geral do Serviço Penitenciário;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 40.º do Regulamento Orgânico da Direcção Geral do Serviço Penitenciário, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 184/17, de 11 de Agosto, determino:

##### ARTIGO 1.º (Aprovação)

É aprovado o Regulamento Orgânico da Direcção de Produção e Actividades Económicas do Serviço Penitenciário, anexo ao presente Decreto Executivo, que dele é parte integrante.